

Servidores federais unificam lutas em dia de paralisação

A Fenajufe e o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais estão chamando os servidores a participar da construção das ações a serem preparadas para o **dia 30 de agosto**, reforçando a unidade da classe trabalhadora nesse Dia Nacional de Paralisação.

Em Santa Catarina o Fórum Catarinense de Servidores Públicos Federais reuniu-se no final de julho e organizou reunião mais ampla com entidades que representam categorias de todas as esferas do serviço público ou prestação de serviços coletivos.

O objetivo é fazermos uma forte coluna que possa dar maior visibilidade para temas como 1-a reposição

salarial anual para os servidores federais; 2-a anulação da Reforma da Previdência no governo Lula, em 2003; 3- contra a privatização dos Hospitais Universitários feita no governo Dilma via empresa de caráter público-privado, chamada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e dos hospitais estaduais pelo governo Colombo via OSs (Organizações Sociais); 4- luta por concurso público, contra as terceirizações e contra a política econômica do governo Dilma, entre outros.

A pauta emergencial de reivindicações dos servidores do Judiciário Federal foi ratificada pela categoria em diversos estados.

O SINTRAJUSC fez Assembleia e irá mobilizar os servidores para o Ato no dia 30, unindo-se ao Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais e aos pleitos gerais dos trabalhadores e trabalhadoras apresentados pelas Centrais Sindicais (CGTB, CSB, CSP/Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT).

Antes disso, a Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe, de 23 a 25 de agosto, vai discutir e aprovar o plano de lutas da categoria e um calendário de atividades que articule ações e busque a construção da necessária mobilização da categoria rumo à luta concreta para o alcance dos principais anseios dos servidores.

ASSEMBLEIA HOJE NO TRT. PARTICIPE!

O SINTRAJUSC faz Assembleia nesta terça-feira, dia 13, às 13h30, na rampa do TRT, para dar informes sobre as melhorias na sede do Campeche e discutir majoração dos valores de diárias a partir de dezembro de 2013.

O Sindicato está providenciando melhorias na sede, entre as

quais segurança (demolição de uma estrutura comprometida) e nova instalação elétrica que vai permitir na sequência a montagem de aparelhos de ar-condicionados nos quartos, gerando assim mais conforto e segurança para todos os nossos associados e familiares.

A proposta da Diretoria é de atu-

alizar os valores das diárias para R\$ 10,00 (dez reais) para associados e dependentes e para R\$ 20,00 (vinte reais) para convidados, além de propor que crianças/adolescentes de até 14 (quatorze) anos sejam isentos de taxas. Outras melhorias estão em estudo para serem implementadas.

PEC do Estatuto do Judiciário é aprovada em primeiro turno na Câmara

A PEC 190, que autoriza a criação do estatuto dos servidores do Poder Judiciário, foi aprovada dia 7, em primeira votação na Câmara dos Deputados, em Brasília. O texto, de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) e do ex-deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), e que recebeu 355 votos a favor e 47 contrários, concede prazo ao STF para apresentar projeto de lei complementar sobre o estatuto do Judiciário.

O texto deverá ser votado ainda em

segundo turno, e se aprovado seguirá para o Senado.

O Coordenador do SINTRAJUSC Sérgio Murilo de Souza alerta que um projeto com esse caráter é perigoso porque tende a deixar a nossa categoria separada dos demais servidores públicos federais (SPFs). É importante lembrar que o reajuste que conquistamos na Greve do ano passado, quando o governo Dilma estava fortalecido e insistia em reajuste zero, foi resultado da união dos SPFs, que fizeram a

maior Greve desde 2003, quando houve a Reforma da Previdência no governo Lula: "Corremos o risco, em um contexto no qual os Tribunais Superiores e Conselhos como CNJ e CSJT estão aderindo cada vez mais a uma política neoliberal, de perder direitos garantidos no Regime Jurídico Único (Lei 8112/90)". O SINTRAJUSC irá acompanhar de perto a tramitação do projeto, bem como levar o tema para a Plenária da Fenajufe, no final de agosto.

Projeto que libera terceirização indiscriminada pode ser votado nesta semana

Essa é uma semana decisiva na luta dos trabalhadores brasileiros. O PL (Projeto de Lei) 4330, das terceirizações, que precariza o trabalho, está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pode ser votado até esta quarta-feira (14). Caso aprovado, segue para o Senado. Esse projeto não ameaça apenas os trabalhadores da iniciativa privada. Ele também pode prejudicar o serviço público, porque abre a possibilidade de contratação sem concurso público, e, mesmo havendo concurso, os trabalhadores contratados podem não ter os

mesmos direitos garantidos aos estatutários. Precisamos denunciar que a proposta do governo para esse PL atende às demandas dos empresários e não dos trabalhadores. O governo Dilma está mostrando para quem governa.

O PL 4330 é um ataque aos direitos adquiridos pelos trabalhadores brasileiros e um ataque aos salários e ao emprego. O país já vive uma situação extrema de precarização do trabalho com redução de salários, direitos e benefícios em decorrência da terceirização.

Com a aprovação deste projeto, estará regulamentada a terceirização em ati-

vidades essenciais de empresas públicas e privadas, acabará a "responsabilidade solidária" (que transfere à empresa contratante a obrigação de garantir os direitos trabalhistas caso sejam desrespeitados pela contratada), e não garante a isonomia de direitos entre terceirizados e trabalhadores diretos.

É preciso denunciar o PL 4330, pedir o seu arquivamento e fortalecer esta luta com a preparação do 30 de agosto, Dia Nacional de Paralisações, convocado por todas as centrais sindicais. *Com informações da CSP-Conlutas*

Fenajufe sugere emenda ao PLDO para evitar congelamento de benefícios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou no dia 8 o relatório preliminar da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2014. Assim, no dia 9, abriu o prazo para apresentação de emendas ao relatório até a próxima quinta-feira (15/08). Depois disso, a comissão votará o relatório final, que, em seguida, deverá ser submetido ao plenário do Congresso Nacional.

A Fenajufe está articulando com parlamentares a inclusão de emenda ao

artigo 86 do PLDO 201, formulada pela Federação. Ao justificar a emenda supressiva, a Fenajufe argumenta que o governo pretende congelar as despesas com benefícios de auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, dos órgãos federais que estejam acima da média do valor unitário pago pela União no mês de março de 2013. Este nivelamento, por baixo, dos valores destes benefícios prejudica não só os servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, como também os

servidores do Executivo, uma vez que o dispositivo não condiciona o reajuste dos seus benefícios.

A LDO, que orienta a elaboração do Orçamento da União, deveria ter sido aprovada até 17 de julho, mas não houve acordo entre os partidos. Correndo contra o tempo, o relator quer aprovar a LDO até o dia 21, antes de o Executivo encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA). O prazo constitucional para envio da proposta de Orçamento é até 31 de agosto.